



CONTRATO Nº 293/2023.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, APELARIA, MÍDIAS, CARTUCHOS, TONER PARA IMPRESSORAS para atender as Secretarias da Prefeitura Municipal de Paracambi, descritos e especificados no ANEXO 01 Termo de Referência QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E GFV 2000 COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Juiz Emilio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, inscrito no CNPJ nº29.138.294-0001-02, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Sr. **MARIANO CARVALHO ALMEIDA**, brasileiro, casado, servidor público, portador da Carteira de Identidade nº 09522982-9 e inscrito no CPF sob o nº 084.723.387-11, residente e domiciliado na Rua Américo Rodrigues Ferreira, nº 503, Centro e a empresa **GFV 2000 COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME**, CNPJ nº 05.429.325/0001-08, neste ato representado pelo **SR. JULIO CESAR DA SILVA SANTIAGO**, brasileiro, casado, cadastrado no RG [REDACTED] DETRAN/RJ e CPF [REDACTED], doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, APELARIA, MÍDIAS, CARTUCHOS, TONER PARA IMPRESSORAS para atender as Secretarias da Prefeitura Municipal de Paracambi**, de acordo com o processo administrativo nº **4101/2022 Licitação nº 09/2023**, oriundo da Ata de Registro de Preços nº **018/2023** observando-se as normas gerais da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Municipal nº 5.267/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, APELARIA, MÍDIAS, CARTUCHOS, TONER PARA IMPRESSORAS para atender as Secretarias da Prefeitura Municipal de Paracambi**, de acordo com os quantitativos indicados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	V.UNIT.(R \$)	V.TOTAL (R\$)
1	AGENDAS - FORMATO 14 X 20 CM; MIOLO COM 352 PÁGINAS EM PAPEL OFF-SET BRANCO (IMPRESSÃO 1/1); 1 DIA POR PÁGINA, EXCETO SAB, DOM E FERIADOS; CALENDÁRIOS 2020/2021; AGENDA TELEFÔNICA; PÁGINA DE DADOS PESSOAIS; PÁGINAS DE PLANEJAMENTO MENSAL; CAPA E CONTRA-CAPA (CAPA DE TRÁS) COM IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL COUCHÊ COM LAMINAÇÃO BRILHO OU FOSCA (CAPA DURA); ESPIRAL NA COR DESEJADA; ENCARTE COM 02 PÁGINAS IMPRESSAS EM 01 COR PARA MENSAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES; ENCARTE COM 04 PÁGINAS COLORIDAS PARA CALENDÁRIOS (02 FOLHAS FRENTE E VERSO).	Unidade	1.150	TILIBRA	47,20	54.280,00
2	Bola de vinil nº8 cores sortidas	Unidade	100	BRINK	10,99	1.099,00
3	Diário de Classe 1º ao 5º ano - pequeno. Capa papel cartão, ficha 180/m, miolo de papel apergaminhado 63g/m, formato 20,7x32,3	Unidade	500	TAMOYO	17,45	8.725,00
4	Diário de Classe 6º ao 9º ano - grande. Capa papel cartão, ficha 180/m, miolo de papel apergaminhado 63g/m, formato 29,3x31	Caixa	500	TAMOYO	21,80	10.900,00
5	Etiqueta tarjadas com 12 unidades tamanho aproximado de 2,0 x 40cm - ref. 7835	Unidade	20	PIMACO	7,98	159,60



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

6	Folha de papel cartão, cores variadas (amarelo, azul, branco, rosa, verde e vermelho), tamanho a4, gramagem 250g (pacote com 50 unidades), (200 pacotes de cada cor)	Unidade	200	VMP	96,70	19.340,00
7	Frasco de Cola de isopor, 1ª qualidade, solúvel em água e secagem rápida, com embalagem autoaplicação de 250g.	Unidade	50	POLAR	20,99	1.049,50
8	KIT GEOMÉTRICO DO PROFESSOR CONTÉM: 1 COMPASSO PARA QUADRO BRANCO 40 CM, 1 ESQUADRO 30° E 60°, 1 ESQUADRO 45°, 1 TRANSFERIDOR, 1 RÉGUA 1M. CARACTERÍSTICAS: Produtos especialmente fabricados para professores que necessitem de produtos adequados para trabalhar em quadros de aulas. COMPASSO Para Quadro Branco 40cm: Tipo: Madeira Pinus - Altura: 40cm Equipado com uma ventosa na extremidade que fica apoiada no quadro para dar maior apoio e não arrancar a fórmica. Na outra extremidade vem com um acoplador para o marcador. TRANSFERIDOR DE MADEIRA 180º: Tipo: Madeira pinus ou MDF conforme disponibilidade. 180º escala métrica 40cm ESQUADRO DE MADEIRA 30° E 60°: Tipo: Madeira MDF. Escala métrica de 50cm. ESQUADRO DE MADEIRA 45°: Tipo: Madeira MDF. Escala métrica de 50cm. RÉGUA de madeira em MDF 100 cms com pegador. Tipo: Madeira MDF	Unidade	20	CARLU BRINQUE DOS	213,10	4.262,00
9	Livro de protocolo com 100 folhas, capa de papelão revestido em papel offset 120gr/m2 plastificado, miolo papel offset 56gr/m2 com folhas numeradas, formato capa 215x157mm, miolo 250x150mm.	Unidade	5	TAMOYO	23,70	118,50
10	Papel A4, 210 x 297mm, pacote com 500 folhas, nas cores amarelo, rosa, verde e azul (caixa com 10 pacotes) (10 caixas de cada cor).	Unidade	40	CHAMEX	316,00	12.640,00
11	Papel celofane, folha de 70 x 85 cm, cores e estampas variadas, com 50 unidades.	Caixa	50	VMP	96,30	4.815,00
12	Papel corrugado. cores variadas (amarelo, azul royal, branco, marrom, rosa pink, verde bandeira, vermelho) (pacote com 10 unidades) (100 pacotes de cada cor)	Unidade	600	VMP	36,50	21.900,00
13	Papel seda, material celulose vegetal, comprimento 60cm x 48cm, cores variadas (azul, verde, amarelo, laranja, preto, rosa, vermelho, marrom, branco), gramatura 18 g m2 (pacote com 100 folhas) (500 folhas de cada cor)	Unidade	15	VMP	292,10	4.381,50
14	Papel vergê, 180 g/m, A4, pacote com 50 folhas, nas cores palha e branco. (200 caixas de cada cor)	Unidade	100	USAPEL	32,15	3.215,00
15	Pasta aba com fechamento de elástico, tamanho A4 (310x220mm), matéria prima polipropileno, impermeável, atóxica. Espessura 0,35mm.	Unidade	100	DELLO	5,40	540,00
16	Pasta catálogo c/ 50 envelopes transparente, formato ofício (243mm x 330mm)	Unidade	50	DELLO	24,99	1.249,50
17	Pasta de papel na cor verde medida 31cm x 45cm, 1 x 0 triplex 250gr. Fotelito com gpl incluso. Personalizado em dois lados desta pasta inserir: O Brasão do município de Paracambi na parte superior da pasta em dois lados deste papel, Inserir o nome do Estado do Rio de Janeiro ao lado do brasão do município de Paracambi, Inserir abaixo do nome do Estado do Rio de Janeiro o nome da Prefeitura Municipal de Paracambi. Logo abaixo do nome da Prefeitura Municipal de Paracambi, inserir o nome da Secretaria Municipal de Educação 3cm abaixo do nome da Secretaria Municipal de Educação na parte central da pasta verde em dois lados desta folha inserir as palavras e as linhas descritas a seguir: Nome: _____ Matrícula: _____	Unidade	1.000	DELLO	11,80	11.800,00
18	Pasta poliondas aba elástica de 3,5 cm	Caixa	300	DELLO	7,08	2.124,00
19	Prendedor de papel com corpo de metal com pintura epóxi e presilha em aço inoxidável 25MM, com 48 unidades	Unidade	10	BACHI	36,30	363,00



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

20	Prendedor de papel com corpo de metal com pintura epóxi e presilha em aço inoxidável 51MM, com 12 unidades	Unidade	20	BACHI	43,10	862,00
21	Quadro de Aviso Vertical em MDF para 4 Displays Verticais no tamanho A4 O quadro de avisos é uma ótima forma de exibir avisos ou outros conteúdos desejados, é uma forma prática e mais organizada de expor os papéis informativos, com ele você não precisa de fitas, ímãs ou percevejos, basta encaixá-los nos porta-folhas. Ele se adequa bem a diversos ambientes e decorações. Expõe Folhas A4 - Total de 4 Displays Porta Folhas em Acrílico Detalhes em Acrílico Colorido (Preto e Branco) Características: Quadro em MDF 5mm Display A4 em Acrílico Cristal 2mm Detalhe em Acrílico na cor Preta 2mm Cor transparente; Medidas: Altura: 78 cm Largura: 57 cm Peso Aproximado: 2,65 kg	Unidade	21	OFFICE	376,10	7.898,10
22	Rolo de Contact transparente com 25 metros	Unidade	5	PLAST COVER	128,15	640,75
TOTAL						R\$172.362,45

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, a contar de sua assinatura.

Parágrafo único. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado apenas nas condições previstas no artigo 57 e respectivos da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- II. fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III. exercer a fiscalização do contrato;
- IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;
- V. emitir e ou requerer todas as licenças necessárias para o cumprimento do objeto do contrato;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das obrigações previstas no Termo de Referência, parte integrante do Edital:

- I. fornecer o objeto contratado observando todas as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do Município;
- II. executar o objeto com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a fornecimentos dessa natureza;
- III. efetuar, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**, no tempo determinado por este, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados nos bens fornecidos, sempre que a ela imputáveis;
- IV. quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pelo **MUNICÍPIO** obrigarão a contratada, à sua conta e risco, a repor as parcelas de fornecimento impugnadas;
- V. obedecer estrita e rigorosamente aos prazos estabelecidos neste Contrato e no Edital, cabendo ao Município, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à contratada qualquer direito a indenização;
- VI. requerer, junto aos órgãos competentes, a autorização para execução de quaisquer atividades envolvidas neste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento dos mesmo e pela fiel observância da legislação aplicável;



VII. permitir ao Município, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso a suas dependências, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhe forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;

VIII. substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;

IX. disponibilizar o pessoal necessário à execução do objeto deste contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;

X. comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o Município, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o Município no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;

XI. arcar com ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer dos serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do Município;

XII. arcar com todas as despesas de alocação e transporte de sua equipe necessárias à plena execução do objeto contratado;

XIII. arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas;

XIV. aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, conforme estabelece o § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993;

XV. responsabilizar-se por quaisquer danos ocasionados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros em decorrências de atos ou omissões perpetrados quando da execução do objeto do contrato;

XIV. responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;

XV. manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/1993;

VI. apresentar ao Município, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada, assim como comprovante de pagamento dos salários e demais parcelas trabalhistas aos empregados utilizados para a consecução do objeto contratual;

XVII. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar a interrupção do fornecimento;

XVIII. arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

O valor total previsto para este contrato é de **R\$172.362,45(Cento e setenta e dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos)** passível de alteração apenas pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993.



Parágrafo primeiro. Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo segundo. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de **12 (doze)** meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice IGPM (índice de reajuste), na forma do art. 3º, da Lei Federal nº 10.192/2001.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostadas aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 573.186

PROGRAMA DE TRABALHO: 12.01.12.361.0029.2033

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.16.00.00.00.

Parágrafo único. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** iniciará a execução contratual no prazo máximo indicado na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

A fiscalização do cumprimento do objeto do presente contrato ficará a cargo da Comissão de Fiscalização designada pela autoridade requisitante, que será responsável por:

- I. fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- II. notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das sanções previstas na cláusula décima quarta;
- III. suspender a execução do fornecimento julgado inadequado;
- IV. sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- V. exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do objeto contratado, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, no prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 109, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. A fiscalização do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação, no que exceder à sua competência.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações do material, na seguinte forma:

I. provisoriamente, confirmando-se no prazo de 10 (dez) dias, contados do fornecimento do material, a adequação às especificações técnicas e à quantidade exigida em parecer circunstanciado da fiscalização do contrato;

II. definitivamente, após parecer circunstanciado da fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

O objeto do presente contrato será executado sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**, observando-se os valores ajustados.

Nota: Na hipótese de fornecimento submetido a entregas parceladas, a seguinte redação deve ser utilizada:

“O pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**, observando-se os valores ajustados e o cronograma de entrega.”

Parágrafo primeiro. O prazo para pagamento será de no máximo trinta dias contados da data final do período do adimplemento do objeto, nos termos do art. 40, XIV, a, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que o respectivo pedido seja apresentado isento de erros e na repartição competente.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Parágrafo segundo. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo terceiro. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, sofrerão incidência de atualização financeira pelo índice IGPM (*índice de atualização financeira*) e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo quarto. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao MUNICÍPIO, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa para a ocorrência do atraso.

Parágrafo quinto. O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

Por se S.R.P. não será exigida garantia Contratual para este Pregão Presencial nas modalidades previstas no art.56 da Lei nº8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo único. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

III. multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV. multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**;

V. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo Primeiro - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Segundo - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do caput deste item.

Parágrafo Quarto - Cada uma das sanções previstas nos incisos I, V e VI do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as constantes nos incisos II, III e IV.

Parágrafo Quinto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

Parágrafo Sexto - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Oitavo - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

As partes se vinculam aos termos do presente contrato, às regras previstas no edital de licitação e ao termo de referência, bem como à proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

As circunstâncias ocorridas durante a execução do contrato que não foram previstas no presente instrumento serão resolvidas a partir da aplicação da Lei Federal nº 8.666/1993 e os princípios de Direito Público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, 18 de setembro de 2023.

MARIANO CARVALHO ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GFV 2000 COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME
CNPJ nº 05.429.325/0001-08

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF:

2- _____
CPF: